

---

*Editorial*

Maria da Conceição Moita  
Maria do Loreto Paiva Couceiro

É com alguma suspeição que muitos encaram a invasão contemporânea do questionamento ético em muitos domínios do agir humano. Outros encontram-lhe justificação, legitimidade e sentido, tanto mais que a escala e gravidade das mudanças que atravessam a vida nos nossos dias apelam à necessidade de ultrapassar atitudes arbitrárias e subjectivistas nas decisões e acções que tecem o quotidiano.

A questão ética é patente no mundo contemporâneo — nas comissões e conselhos de ética, nos códigos deontológicos de múltiplas profissões, no “boom” bibliográfico, nos congressos e reuniões.

A sua pertinência é inegável. Importa também colocá-la no campo da educação e (re)pô-la ao nível do *porquê*, do *para quê* e do *como* da prática educativa e de investigação. Em particular, e nesse sentido tem um enorme significado este número da *Quadrante*, o questionamento ético ganha relevo quando se problematizam questões relacionadas com o ensino e aprendizagem da Matemática. Com efeito, a Matemática é um campo que tradicionalmente tem sido considerado como neutro, descontextualizado e isento de valores.

**O campo da ética.** Segundo Paul Ricoeur, a ética interroga-se sobre o que entendemos que é bom fazer. Este autor considera-a como a “orientação de uma vida conduzida sob o signo das acções consideradas boas”, sendo assim diferente do campo da moral, regido por leis que se impõem como obrigatórias, marcadas pelas regras e pelos interditos (Baudoin, 1994). O campo da moral introduz, assim, a norma e a normatividade.

Nesta linha de pensamento, a ética está a montante da lei moral. Remete-nos para os “princípios que guiam a acção humana, nos contextos onde se confronta com a escolha” (Baudoin, 1994, p. 20). Põe assim em relevo o **agir humano**, reenvia para as situações concretas que são os **contextos desse agir**, evidencia a possibilidade de **escolha**, abrindo desse modo para a questão do sentido.

Outros autores não fazem essa distinção. Permanece, contudo, válida a afirmação da existência destas vertentes inerentes ao questionamento ético.

O questionamento ético é assim sempre uma interrogação **crítica** sobre a prática e a acção. A possibilidade de escolha rompe com a simples aplicação, suscitando maior ou menor implicação por parte do seu autor, de regras previamente estabelecidas, obrigando a encarar diversas condutas possíveis, no confronto com a complexidade e a incerteza. Ressalta assim a intencionalidade presente nos empreendimentos humanos, valorizando-se fortemente o processo como a deliberação se opera, apelando-se a uma atitude de real e consciente ponderação.

O questionamento ético mobiliza, deste modo, o campo da **intencionalidade** e da **responsabilidade**. A relação com o(s) outro(s) exige uma postura de **reciprocidade** e exprime-se numa preocupação de **solicitude**. É valorizada assim a dimensão da relação, que supõe troca de experiências e reconhecimento mútuo, sendo igualmente reforçada a vertente da comunicação (“Questionnement Éthique”, 1994).

**Ética e deontologia.** O campo da ética está para além do campo das normas deontológicas. A deontologia situa-nos no campo dos códigos de conduta profissionais, consensualmente aceites e reconhecidos como garante da qualidade moral da conduta dos actores de uma dada profissão. Tenta regular o modo como é exercida a sua actividade de modo a que não reverta só em favor próprio mas que integre também o respeito pelo outro, e isso até por uma questão de justiça.

Os códigos deontológicos são pois um quadro garante dos comportamentos, o que torna particularmente relevante o esforço desenvolvido pelos grupos profissionais, no sentido de encontrar consensos adequados e justos para o exercício da sua actividade. Esse quadro, no entanto, não é irreversivelmente fixo. Ele próprio é questionável, dada a complexidade das situações e dos dilemas com que, na prática, se confrontam os profissionais, tendo em conta a exigência de fidelidade às finalidades últimas da sua actividade.

**Ética e investigação.** Em termos da actividade de investigação, a questão ética coloca-se, desde logo, em relação aos seus próprios objectivos de fundo. Importa que nos interroguemos sobre por que se investiga, para que se investiga, como se investiga.

Não há investigadores neutros. As razões que conduzem à produção de investiga-

ção decorrem de factores múltiplos. Uns de natureza pessoal, subjectiva, inscritos na nossa própria história pessoal e profissional, onde emergem motivações, interesses e mesmo necessidades muitas vezes ligadas a exigências de carreira. Mas se a produção da investigação decorre de factores que se prendem com o prosseguimento de uma satisfação em termos pessoais, ela ultrapassa o próprio sujeito-investigador. Não podemos menosprezar a importância de razões de ordem social. A finalidade de toda a investigação tem a ver com um maior e melhor conhecimento do real. A produção da investigação é também um bem comum.

Por outro lado, entre o investigador e o contexto-“objecto” da sua investigação estabelecem-se interacções, tornando-se pertinente perguntar qual a natureza dessas interacções. Christine Josso chama a atenção para este problema, salientando que interessa saber “como se estabelece uma relação que, inevitavelmente, instrumentaliza, “coisifica”, se se lida com o material produzido como se fosse um objecto sem relação ao(s) sujeito(s) tomando-o, desse modo, seguramente, objecto de manipulação” (Josso, 1991, p. 85).

Se a questão ética atravessa todas as metodologias de investigação, ela torna-se ainda mais evidente nas abordagens qualitativas. Com efeito, estas abordagens valorizam o estudo intensivo de situações, privilegiando, através da “invasão” das práticas e do mundo conceptual dos sujeitos, a compreensão dos pontos de vista que informam os seus desempenhos e dos significados que atribuem ao seu agir.

Bogdan e Biken (1994, p. 75), referindo a discussão e a reflexão que se tem generalizado em torno dos cuidados a ter pelos investigadores, quando desenvolvem pesquisas com sujeitos humanos, apontam duas normas que têm sido objecto de consenso e que tentam assegurar:

- a) que os sujeitos aderem voluntariamente aos projectos de investigação, cientes da natureza do estudo;
- b) que os sujeitos não são expostos a riscos psicológicos e sociais.

Estas normas concretizam-se nomeadamente:

- na protecção da identidade dos sujeitos sempre que estes a julguem conveniente. Impõem-se assim como relevantes cuidados a ter relativamente ao anonimato bem como à garantia de confidencialidade em relação aos dados obtidos.
- no respeito incondicional dos sujeitos envolvidos, em todas as fases de pesquisa, o que exige permanente negociação, transparência de intenções e clareza metodológica. É neste sentido que cada vez é mais reconhecido o papel de um contrato, onde se apresentam e partilham as preocupações subjacentes à investigação bem como as linhas que a norteiam.

— na fidelidade aos dados obtidos, uma vez que a distorção destes é uma armadilha condenável, quer em termos científicos, quer em termos deontológicos.

A questão ética atravessa, assim, todas as etapas da investigação. Em primeiro lugar, no que diz respeito à *recolha de dados*. Os participantes da investigação não podem ser encarados como meros objectos fornecedores de informações. Não podem ser considerados como objectos manipuláveis mas, pelo contrário, devem ser reconhecidos como sujeitos portadores de saberes. Trata-se aliás de uma questão tocando um problema de natureza epistemológica, que se torna particularmente pertinente em investigações com adultos.

Em segundo lugar, *tratamento, análise e interpretação de dados*. Qualquer quadro interpretativo que se adopte é sempre uma “leitura”, e um dado “ponto de vista”, da realidade. Importa estar consciente da existência de uma pluralidade de interpretações que decorre não só dos limites e das incidências do estudo como da própria subjectividade do sujeito-investigador, marcada pelas suas dimensões cultural, social e/ou psicológica (Josso, 1991, p. 88).

Por último, é relevante sublinhar questões que se prendem com a *divulgação* dos estudos e seus resultados. Importa que os participantes tenham a sua parte de contróle relativamente ao trabalho produzido, o que pode ser obtido pelo consentimento dado em relação à sua utilização (e isso até pelas re-interpretações que possa suscitar e consequente fixação dos participantes a essas perspectivas). Importa sobretudo que a divulgação dos resultados de qualquer investigação seja devidamente situada de modo a garantir que as suas conclusões são devidamente contextualizadas, quer em termos teóricos, quer em termos metodológicos.

Muitas destas ideias vêm aliás referidas nos diferentes contributos incluídos neste número da revista a propósito do debate lançado sobre esta temática.

Abordagens de investigação como sejam os estudos etnográficos ou as abordagens biográficas evidenciam ainda mais a necessidade imperiosa de exigências éticas. Pela sua própria natureza, as abordagens biográficas podem mesmo ser paradigmáticas das exigências deontológicas e éticas a ter presentes nos diversos projectos de investigação. Autores como Pineau e Le Grand Pineau (1993, pp. 109 e seguintes) e como Dominicé (1990, p. 86) insistem na indispensável necessidade de explicitação do projecto de investigação junto dos que são convidados a fazer memória da sua história bem como da necessidade de lhes dar conhecimento da análise feita das suas narrativas. Uma história de vida é, nesta perspectiva, propriedade da pessoa que a narra e que sobre ela tem direitos inalienáveis.

A profunda questão ética que a abordagem biográfica levanta está para além da aplicação de normas consensuais que as abordagens qualitativas suscitam. Existem

---

princípios fundamentais, que têm a ver com a absoluta impossibilidade de disposição arbitrária do que o outro me dá e com a impossibilidade de utilização do que me é dado como meio ao serviço de objectivos completamente alheios ao narrador. Nessa eventualidade, o sujeito-narrador seria desapropriado do seu passado e do seu presente.

A verdadeira questão ética que se coloca neste paradigma onde se inscrevem as abordagens biográficas surge quando o investigador se compromete na relação, numa consciente e livre responsabilidade. Conhecimento, liberdade e responsabilidade são as três dimensões que caracterizam a relação com o interlocutor. Não como três elementos sucessivos ou justapostos, mas como três dimensões que se interpenetram podendo cada uma delas ser adjectivada pelas outras: consciente e livre responsabilidade, consciente e responsável liberdade, livre e responsável consciência.

**Uma consciência ética.** Torna-se pois urgente que se desenvolva a consciência da importância de uma ética do investigador. Como desenvolver esta consciência ética? Para além de legítimo, é desejável a elaboração de normas que traduzam patamares em torno dos quais há consenso no que diz respeito às condutas a prosseguir no modo de agir no interior duma dada profissão, como são exemplo notável os *Ethical Standards*, da AERA, as *Ethical Guidelines*, da AMS e o *Code of Conduct, Ethical Principles & Guidelines*, da BPS, publicadas neste número da Quadrante. Mas por mais normas que haja elas não bastam por si sós.

Mais do que nos instalarmos na aplicação do consensual ou de adoptar, de modo mecanicista, normas e códigos estabelecidos, importa criar e desenvolver uma compreensão dos modos como agimos nos contextos em que nos situamos. O que implica lúcida reflexão.

Mais do que prosseguir o cumprimento de regras em exterioridade, importa irmos explicitando os critérios de ordem ética que sustentam e legitimam as nossas práticas. O que implica razoabilidade e argumentação.

Mais do que limitarmo-nos a imprimir convicções pessoais no trabalho que vamos realizando importa construir uma ética de responsabilidade na inter-acção. O que implica inter-comunicação das experiências e práticas em diálogo.

## Referências

- Baudoin, J. M. (1994). La réflexion éthique contemporaine. *Éducation Permanente*, 121, 13-52.  
Bogdan, R. e Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.  
Dominicé, P. (1990). *L'Histoire de Vie comme processus de formation*. Paris: Ed. L'Harmattan.

- Josso, C. (1991). *Cheminer vers soi*. Lausanne: Ed. L'Age d'Homme.  
Pineau, G. e Le Grand, J. L. (1993). *Les Histoires de Vie*, Paris: PUF.  
Questionnement Éthique. (1994). *Education Permanente*, 121.

---

*Maria da Conceição Moita, Escola Superior de Educação de Lisboa, Av. Carolina Michaelis de Vasconcelos, 1700 LISBOA.*

*Maria do Loreto Paiva Couceiro, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2825 MONTE DA CAPARICA.*